

DISPUTA PELOS CÉREBROS ESTRANGEIROS

A vinda dos europeus depende de um programa específico do governo federal

A inércia oficial está fazendo com que o Brasil permaneça de braços cruzados enquanto o resto do mundo disputa os preciosos cérebros do Leste Europeu. “Estamos desperdiçando uma oportunidade que não se repetia desde o final da 2ª Guerra Mundial”, lamenta o reitor da USP, Roberto Leal Lobo. Para o reitor ainda há tempo de se reverter essa situação. “Mas se o governo federal não deslanchar um programa de atração desses cientistas até o final deste semestre, aí certamente será tarde demais”, avalia Lobo.

Primeira voz de peso no meio acadêmico a se manifestar sobre o assunto, ainda em 1990, o reitor da USP cada vez mais se convence de que prega no deserto. Leal Lobo procurou há mais de um ano o Itamaraty com a idéia de se criar nas embaixadas de países do Leste a figura do “adido científico”. A USP cederia professores que analisariam as ofertas de transferência de tecnologia ou de cientistas interessados em se radicar no Brasil. Detalhe: os salários dos docentes seriam custeados pela própria universidade. Leal Lobo aguarda até

hoje uma resposta do Ministério das Relações Exteriores.

“De que maneira vamos promover uma política de abertura em Ciência e Tecnologia, como quer o governo, sem estimular a vinda de cientistas e tecnólogos?”, questiona o reitor. Enquanto o Brasil perde tempo, os Estados Unidos, por exemplo, aumentaram desde 1990 suas cotas de imigração de cientistas. “Parece até que estamos num país muito competente, que não precisa desses recur-

sos”, ironiza Leal Lobo.

O reitor está convencido de que a atração dos cientistas do Leste Europeu provocaria um salto de qualidade nas universidades brasileiras semelhante ao obtido pela USP nos anos 30 com a vinda de professores como Levi Strauss e Paul Bastide. “A União Soviética era o único país do mundo que competia com os Estados Unidos em áreas fundamentais, como a Física de Materiais, enquanto as escolas polonesa e húngara de

Matemática são fantásticas”.

Outro argumento usado pelo reitor da USP para defender a vinda desses cientistas é o custo relativamente baixo de um programa desse tipo. Os estrangeiros receberiam salários equivalentes aos pagos pela USP aos seus docentes — Cr\$ 2.450 mil para os doutores e Cr\$ 3.450 mil para os titulares, em regime de dedicação integral. Na avaliação da reitoria, a USP teria condições de trazer, por conta própria, cerca de 20 cientistas

do Exterior. “Mas faremos um sacrifício diretamente proporcional à qualidade dos currículos”, promete Leal Lobo.

A prioridade dada pela reitoria a essa questão resultou inclusive na alteração do estatuto da USP. Aprovada no dia 27 de março de 91, a reforma garantiu aos estrangeiros direitos iguais aos dos brasileiros agora os 169 pesquisadores estrangeiros da USP não precisarão mais se naturalizar para participar de concursos de estabilidade.

Enquanto isso, o regime jurídico único da União é bastante restritivo em relação aos pesquisadores do exterior — permite que seja feito apenas um contrato de dois anos, renovável por no máximo mais dois anos. “Falta coordenação e determinação: definir que um programa de atração desses cientistas é do interesse nacional e implementá-lo”, critica Leal Lobo. Esse descaso se reflete também no desperdício de oportunidades em agências internacionais de financiamento. “Não estamos conseguindo captar recursos potenciais nem para a Ecologia”, afirma Lobo.

Sergio Henrique Pompeu